

## PLURALISMO CULTURAL E IDENTIDADE NACIONAL

*Manuel Diégues Júnior*

(Departamento de Assuntos Culturais, Ministério de Educação e Cultura,  
Rio de Janeiro)

Duas características fundamentais marcam a formação brasileira: de um lado, o encontro de três grupos étnicos no momento da colonização, projetando-se pelo tempo afora o relacionamento advindo deste encontro; de outro lado, o processo de ocupação humana da terra, que atendeu à vocação da mesma, utilizando-a conforme o que ela oferecia. Se o primeiro aspecto contribuiu para a formação de uma população regionalmente mestiçada, com maior ou menor preponderância de determinado grupo aqui, ali ou acolá, o segundo levou à caracterização de regiões em que peculiaridades culturais identificam cada uma delas.

O sentido nacional da vida brasileira resultou dessa diversidade regional que ainda hoje caracteriza o Brasil como uma nação cuja unidade decorre dessa diversidade. Esta regionalização cultural criou formas plurais na unidade brasileira.

Os três grupos que aqui se encontraram — o português, o indígena, o negro africano — eram internamente diversificados, nenhum deles formando uma unidade física ou cultural; e por isso mesmo sua influência variou, na própria variedade com que os grupos humanos ocuparam as diferentes regiões do Brasil. Se os indígenas não eram uma unidade, nem física, nem culturalmente, também não o eram os negros trazidos da África; tanto aqueles como estes apresentavam diferentes estágios culturais, e também diferenças decorrentes da tribo ou nação a que pertenciam. O que sucedia também com o próprio português, variado, diversificado, em suas características físicas e culturais, face às diferentes influências pré-históricas e históricas que contribuíram, em várias épocas, para sua formação.

Neste processo de relacionamento, iniciado no século XVI, com o sistema de colonização implantado por Portugal, foram diferentes as posições impostas para indígenas e africanos. Se os primeiros conservaram suas formas tribais de vida, ora afastando-se, ora mantendo contacto embora preservando sua sociedade, o que assegurou a permanência da unidade cultural das respectivas tribos, no caso do africano isso não sucedeu. Trazido como escravo, destribalizado, não raro misturadas as nações de que eram

originais, os africanos espalharam-se, não puderam conservar sua coesão, sem prejuízo do que influenciaram e transmitiram à formação brasileira. Não raro conservando também suas formas religiosas, se bem que, em muitos casos, já influenciadas pelos valores cristãos, o que era uma forma de sua prática ser permitida pelos senhores.

Se bem que o processo de ocupação humana tenha resultado na unidade territorial, foi contudo diferenciada quanto aos grupos e não menos quanto às condições com que, em cada região, a terra foi ocupada. Cada região se formou pelo atendimento às condições que a terra oferecia, na diversidade da atividade agrária, extrativista, pastoril ou mineradora que se implantou como elemento de fixação do homem. A terra ocupada, foi possível então surgirem condições culturais próprias que se traduziam não apenas no comportamento humano, se não também na criação de valores expressivos da influência de cada grupo ali presente.

Mais tarde, no século XIX, a paisagem humana caracterizada até então pela presença de lusos, indígenas e negros africanos, e seus descendentes mestiços, foi ampliada com a introdução de imigrantes europeus — a princípio, alemães e italianos, e posteriormente poloneses, sírios, libaneses — e mais tarde, já em nosso século, de imigrantes asiáticos — japoneses. Esta contribuição vai alterar a fisionomia física e cultural do Brasil, de modo particular em certos núcleos urbanos — Rio, São Paulo, Curitiba, por exemplo — e em áreas rurais do sul, onde formaram núcleos de colonização, constituindo uma região característica que abrange áreas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Esta presença mais caracterizou, se não mesmo mais acentuadamente definiu, o pluralismo cultural do Brasil na diversidade de aspectos que encontramos nas diferentes regiões culturalmente marcadas pelas características peculiares que apresentam. Sem que se tenha perdido o sentido de unidade nacional, ou melhor o que poderemos definir como identidade nacional.

Aspecto que acentua ainda mais este pluralismo é a presença atual de populações indígenas distribuídas, sobretudo, em áreas do território na região do extremo norte e na centro-oeste.

Embora seja difícil compor um quadro das complexas relações de contacto entre a sociedade brasileira e as inúmeras sociedades indígenas existentes, é possível estabelecer uma tipologia que expresse as diferentes situações de convívio que foram historicamente desenvolvidas entre ambas.

Ao lado de populações indígenas que não estabeleceram, até o momento, contacto com a sociedade nacional, podendo deste modo preservar sua cultura e modo de vida tradicional, observam-se no Brasil, comunidades que, embora vivam há longo tempo em estreita relação com populações regionais, sendo a elas incorporadas como mão de obra em atividades extrati-

vistas, agrícolas ou de pastoreio, não podem ser consideradas assimiladas. Ainda que tenham perdido, em grande parte, os elementos que definiam sua organização social, em termos de um modelo tribal, e frequentemente até a própria língua — instrumento que permite a representação do universo cultural em que o homem se encontra — continuam a considerar-se indígenas e são consideradas como tais pela população envolvente.

Este é o caso concreto das populações indígenas da região nordeste, cujo litoral era ocupado, no século XVI, por grupos do tronco lingüístico Tupi e, no interior, por grupos de tronco lingüístico Jê.

Já no início do século XVIII a maior parte destas populações havia desaparecido, vitimada pelas epidemias e pela resistência à escravização imposta pelos colonizadores europeus. Extinguiram-se antes que as marcas de sua cultura e vida social pudessem ser registradas. Ainda assim, esta mesma região abriga, no presente, cerca de 13.000 remanescentes de 12 tribos, que se encontram profundamente mestiçadas: os Xucurú, Fulniô e Pankararu, em território de Pernambuco; os Potiguara, no litoral da Paraíba; nas Alagoas se situam os Xucurú-Kariri, próximo à cidade de Palmeira dos Índios, e, nas margens do Rio São Francisco, os Xocó e Karirí. No norte da Bahia localizam-se os Karirí, os Kaimbé e os Tuxá.

Estas comunidades, dentre as sociedades indígenas brasileiras, podem ser consideradas as de maior grau de aculturação, juntamente com os Terena em território do Estado de Mato Grosso, e parecem exemplificar o que tende a ser uma característica do processo de integração à sociedade brasileira; é que, embora adaptados à situação de convívio, apresentam uma forte resistência cultural, ocupando, enquanto grupo étnico distinto, posição de *part-society* tendo em vista o sistema nacional.

Cabe assinalar, aliás, que se constitui hoje em dia um dos problemas mais sérios no país a preservação desses grupos, não raro porque suas áreas de ocupação são invadidas por aventureiros ou empresas em sua expansão por terras aptas à criação ou à agricultura. A própria expansão do povoamento nacional contribui para a ameaça que pesa sobre estas populações.

O Estatuto do Índio (Lei nº 6 001, de 19 de dezembro de 1973) estabeleceu as normas de contacto do governo e da sociedade brasileira com estas populações; por vezes surgem problemas relacionados com a emancipação desses grupos ou sua integração à sociedade nacional. Contudo, possuindo valores culturais próprios — e, inclusive, como mais expressivo, uma língua própria — essas populações representam um dos aspectos de nosso pluralismo cultural. Não apenas a língua, mas os valores que preservam nas manifestações artísticas, como a plumaria, coreografia, o canto, nos padrões arquitetônicos e de relacionamento social expressam os elementos que caracterizam especificamente estes grupos.

Se a ocupação da terra se faz respeitadas as condições oferecidas por cada meio, não menos expressivo foi o movimento de grupos humanos in-

terligando esses diferentes meios. Esse relacionamento se estabelece desde os começos do povoamento. Sertanistas pernambucanos e baianos chegam ao vale do São Francisco, onde vão alcançar o planalto mineiro, daí expandindo-se para os sertões goianos e mato-grossenses.

Os sertões maranhenses e piauienses são cruzados pelos vaqueiros pernambucanos. Do planalto paulistano os bandeirantes paulistas e fluminenses descem para o sul, e não encontrando as desejadas minas de ouro dedicam-se à criação de gado nos campos de Guarapuava. Mais tarde esses mesmos bandeirantes, em direção para o nordeste, devassam o interior e chegam até às vizinhanças do mar e do São Francisco no combate aos quilombos dos Palmares.

Essa movimentação não cessa; e nos fins do século XIX os seringueiros amazonenses espraíam-se pela região e incorporam o Acre ao patrimônio territorial do Brasil. E já em nosso século migrantes espalham-se pela Amazônia para o cultivo da seringueira e nordestinos descem para o sul baiano onde se dedicam à cultura do cacau. Nos anos 30 são nordestinos que se encaminham para São Paulo, dedicando-se à cultura do café, e não satisfeitos continuam sua caminhada para o oeste paranaense. É a mesma época em que brasileiros descendentes de antigos imigrantes alemães e italianos abandonam o planalto sul-riograndense e ocupam o oeste catarinense.

Toda essa movimentação, séculos seguidos, desde os primórdios da colonização, e que se aviva ainda em nossos dias, iria contribuir para a preservação de um espírito comum, de um sentimento nacional, que permite identificar o mesmo brasileiro em qualquer dessas regiões sem prejuízo de sua vivência no respeito das características regionais.

Se levarmos em conta a idéia de que o pluralismo cultural se apresenta como uma especial forma de diferenciação baseada sobre instituições diferentes, — tal como assinalam vários autores — verificamos que, no caso do Brasil, em particular, ele surge do sentido de criatividade com que se desenvolveu o processo de relações entre grupos e, conseqüentemente, o que daí resultou de modo mais específico.

O pluralismo cultural no Brasil decorre, em especial, dessa diferenciação que surgiu como resultado da presença maior ou menor dos grupos humanos em cada região. Se instituições podem ser igualmente consideradas, sua feição, todavia, tomou aspecto próprio pela influência aqui do elemento indígena, ali do elemento negro africano, acolá do português. O que distingue, por exemplo, a região amazônica, com a presença indígena ainda mais viva, da região Nordeste Agrário do litoral, onde a participação do elemento negro se tornou marcante. Foi esta também a influência maior verificada na região de Mineração, mas aí as condições de ocupação humana, tendo em vista a atividade exercida, criaram aspectos culturais diferentes do que se verificou no Nordeste Agrário.

Já no extremo sul, a presença portuguesa, não apenas dos metropolitanos, senão também, sobretudo, no século XVIII, de ilhéus açorianos, marcou mais nitidamente sua paisagem; entretanto, esta sofreu alteração mais profunda, em determinada região, com a imigração de europeus — alemães e italianos, a partir do século XIX — num processo de colonização que caracterizou a região do planalto sul-riograndense e marcou também partes de Santa Catarina e do Paraná, constituindo uma típica região cultural: a que chamamos, em outra oportunidade, de Região de Colonização Estrangeira.

É certo que por todo o território a presença lusitana se fez sentir, contudo, com aquela admirável capacidade de adaptação ao meio e de relacionamento com outros grupos; daí o contacto com indígenas ou com negros africanos, intercruzando valores, e fazendo predominantes aqueles que mais adequadamente se ajustavam ao meio. Quer dizer, a preocupação maior para que o processo de ocupação humana se adequasse às condições do meio e aos valores culturais mais convenientes à fixação dos grupos humanos.

Se portugueses colonizadores assimilam valores culturais indígenas, onde eles são mais adequados, também assimilam valores africanos, onde melhor correspondam à sua integração. Há um movimento recíproco de assimilação, surgindo daí não apenas a coexistência pacífica, senão ainda um processo de criatividade cultural. Dele é que resultaram, em especial, as características mais particulares que podemos encontrar em cada região. A criatividade cultural como fonte do pluralismo, tornando possível o equilíbrio na ocupação do meio e, ao mesmo tempo, o interrelacionamento entre grupos. São tais relações de equilíbrio que tornam adequado esse relacionamento, que se reflete, portanto, nos resultados da criatividade cultural.

É de considerar também, no caso do Brasil, um aspecto particular: o que se refere ao meio urbano. De fato, em áreas urbanas o processo teve a influência, sobretudo a partir do século XIX, de valores europeus não portugueses, mas com força cultural de tal expressividade que se impuseram aos hábitos, aos usos, aos costumes regionais. O caso, por exemplo, dos franceses, no Rio de Janeiro e em São Paulo, em particular; o de alemães, como marceneiros, no Recife; o de espanhóis, em Belém e em Salvador da Bahia.

Nem sempre eram apenas imigrantes; em alguns casos foi uma influência cultural mais forte: a do prestígio de atividades profissionais do respectivo grupo. E isso manifestando-se através de idéias, de pensamentos, do livro, da revista, da culinária, de hábitos sociais, de arquitetura, de festas religiosas. E até mesmo, de certo modo, na ecologia das cidades: o grupo alienígena implantando-se em determinado espaço físico, formando

como que ruas especializadas. O caso, por exemplo, de italianos em São Paulo (bairro do Brás); também o de sírios e libaneses ou, em geral, árabes, no Rio de Janeiro (rua da Alfândega), no Recife (rua do Rangel), ou em Maceió (antiga rua 1<sup>o</sup> de Março).

O que consideramos pluralismo cultural no caso do Brasil reflete justamente esta situação: a da expansão do povoamento criando condições regionais com peculiaridades que caracterizam cada região em face de outras. É claro que isto decorreu, em grande parte, da presença de diferentes grupos humanos predominantes, em seus valores culturais, em cada região; mas representou também uma adequada integração ao respectivo ambiente, do que resultou a criação de formas próprias de vivência. Formas regionalizadas, com peculiaridades que caracterizam cada uma delas em face das demais.

Mesmo na expressão lingüística, um universal cultural, o português do Brasil tomou formas próprias, quer pela influência que as línguas indígenas ou as africanas introduziram, quer pelas formas regionais que se traduziram não apenas em sotaques típicos — o nortista, o sulista, o caipira, por exemplo; também na influência maior ou menor, conforme a presença dos respectivos grupos, do indígena ou do negro africano na linguagem, ou seja o significado das palavras, nas formas de expressão, nas maneiras de dizer.

O português do Brasil, sobretudo o falado, se enriqueceu ao contacto com outras línguas — as africanas ou as indígenas — e mesmo também com as línguas trazidas pelos imigrantes no século XIX. A esse enriquecimento o português do Brasil correspondeu, incorporando tais palavras, e não raro as abrasileirando como foi o caso do linguajar inglês do *football*; e nesta língua falada e não raro também escrita, onde muitas vezes as palavras mudaram de significado, fez as adaptações indispensáveis, mas preservando — principalmente preservando — sua estrutura original e ainda hoje persistente.

É também o caso das manifestações de danças e cantos que surgem em cada região; representam estas manifestações uma expressão da influência exercida pelo elemento humano que ocupou a região, fazendo preponderar seus valores culturais. A presença indígena no extremo norte, na região Amazônica, vai produzir o surto do carimbó, como dança e canto característico dessa região, e que somente se expande às demais quando os modernos meios de comunicação participam dessa irradiação.

É também o que sucede com o frevo do Nordeste, de origem pernambucana, irradiada aos Estados vizinhos; ou do coco, dança e canto igualmente nordestinos, surgido inicialmente nas Alagoas; originaram-se ambos de influências africanas a que se aliaram, posteriormente, outros elementos

culturais. Contudo eles expressam uma característica da região, uma forma cultural que somente vai surgir em outras regiões pela influência dos modernos meios de comunicação.

O samba no Rio de Janeiro como o jongo em São Paulo representam, de igual modo, expressões culturais dessas regiões, um e outro primitivamente originados do escravo africano, embora, especialmente no caso do samba, com a superposição posterior de outros elementos. De qualquer forma, porém, expressam criações dessa região, da mesma forma que em outras regiões igualmente se encontram manifestações tipicamente regionais.

O que sucedeu também na região de presença do imigrante, a partir do século XIX, com a formação de colônias de italianos ou de alemães, principalmente, no Rio de Grande do Sul, no Paraná, em Santa Catarina; surgiram aí manifestações culturais originadas desses grupos como o uso da sanfona, as sociedades recreativas, o tipo de arquitetura, a festa do kerb, tudo enfim que se foi, aos poucos, incorporando à paisagem regional. Se se traduzem hoje como expressão de criatividade cultural, participam, no quadro brasileiro, como um testemunho desse pluralismo.

É evidente que essa diferenciação regional, nas manifestações culturais, encontrou, todavia, um elemento comum que, aglutinando as populações, permitiu estabelecer-se uma unidade de sentimento, ou seja, o espírito nacional. É que, no Brasil, a idéia nacional, ou seja, o sentido de Nação, se antecipou à idéia de Estado; o Brasil foi Nação antes de ser Estado, e isto criou a presença de uma identidade que se tornou nacional.

Daí podermos encontrar as mesmas maneiras de pensar de uma região em relação a outras, ou melhor, como o nordestino vê o paulista, como o paulista vê o gaúcho, como o gaúcho vê o mineiro, como o mineiro vê o nordista, e assim por diante. Vai muito, neste modo de ver, a própria psicologia tanto do que é observado como do que observa. O observado manifesta seu espírito e suas tendências; o observador revela seu sentimento pessoal. Muito das manifestações de sentimento ou de pensamento do brasileiro haveria de deduzir-se dessas maneiras de ver e de pensar.

Não é de estranhar, por isso mesmo, o brasileiro apresentar-se como tipo caracterizado por um conjunto de modos, que lhe são peculiares, de andar, de falar, de sorrir; essa singularidade se diversifica em aspectos particulares à sua região, dando ao nacional aquelas especificidades que o distinguem regionalmente, sem prejuízo do que nele há de tipo essencialmente nacional. Não raro se distingue, conforme a região de origem, em certos aspectos de comportamento, na maneira de falar, em atividades que são tipicamente locais, ao expressar suas crenças ou idéias não raro marcadas

pela influência mais forte do ambiente. Daí aquela observação que, embora expresse o sentimento a respeito de alguns brasileiros regionais, é, por outro lado, definidora das maneiras de pensar ou de agir de cada um: “Latim de mineiro, Riqueza de paulista, Valentia de gaúcho, Eloquência de baiano, a metade ainda é o dobro”.

É curioso assinalar que este sentimento que podemos chamar de identidade nacional, faz com que mesmo as gerações surgidas das primeiras correntes imigrantistas européias ou asiáticas participem desse sentimento. Sentem-se todos brasileiros, ou um mesmo brasileiro. Reportagem de um matutino carioca, há alguns anos passados, assinalava a presença da fita verde-e-amarela adornando cabelos de jovens descendentes de indígenas tapuias na Amazônia e de japoneses no sul — duas regiões afastadas — como sentimento que as irmanava no amor ao Brasil, pois se proclamavam “somos brasileiras”, tal como declararam aos jornalistas.

Estas diferentes manifestações que encontramos nas várias regiões, como expressões de sua criatividade, vêm sendo afetadas pela influência dos modernos meios de comunicação. O rádio, de modo particular o transístor, e a televisão contribuem hoje para uma unificação, cujos efeitos nem sempre se podem considerar válidos para as respectivas populações. A linguagem regional procura imitar o que é ouvido no rádio; as atitudes, as maneiras de falar, os gestos são imitados pelo que a televisão reproduz. Essa tentativa de unificação, que transcende de uma pura unidade, quebra sem dúvida o que há de autêntico e de original na criatividade regional.

Nem o surgimento da idéia de Estado como uma forma específica de governo ou organização política, deitou por terra o sentimento de identidade nacional, tradução do pluralismo brasileiro. Em uma sociedade vasta como a brasileira, onde se encontram misturadas diversas tendências ideológicas, filosóficas e religiosas, o pluralismo é o esforço de organização geral da vida em sociedade sob bases comuns, respeitando as diferentes tendências.

Fundamentalmente, o pluralismo brasileiro implica um certo reconhecimento geral de direitos e deveres do homem em sociedade, de sua dignidade, de sua missão, de suas responsabilidades. Assim, em termos políticos, ele se traduz no exercício da democracia, na coexistência de diferentes valores culturais, implicando em uma certa neutralidade por parte do poder supremo, ele mesmo reconhecedor das forças e instituições diferentes que colaboram, cada uma à sua maneira, para a promoção do bem comum, para a unidade da nação. Assim, o Estado como que reforça o pluralismo.

Desse sentimento nacional, que se traduz em formas características de expressão regional, é que se construiu a unidade brasileira baseada expres-

sivamente nas características regionais de cultura que traduzem o nosso pluralismo. Um pluralismo cultural unido pela identidade nacional. Um pluralismo não apenas cultural, mas também humano, traduzido este nos tipos brasileiros originados da mestiçagem sob a influência de diferentes ambientes; um pluralismo, portanto, que constitui, nos tempos atuais, nossa característica mais viva e expressiva. Um pluralismo que se soma na identidade nacional que faz do brasileiro, apesar das peculiaridades regionais, um só brasileiro.

---

O autor agradece às Professoras Maria Madalena Diégues Quintella e Claudia Menezes Pais de Oliveira, suas antigas alunas, pela leitura do original e pelas sugestões apresentadas que muito melhoraram este artigo.

